

ANÁLISES & PERSPECTIVAS

Inflação, desemprego e combate à pobreza

Marcelo Côrtes Neri *

Um dos temas mais controvertidos do debate político brasileiro atual é a ideia de que o governo deveria promover um aumento da taxa de inflação, buscando, com isso, "comprar" uma redução da taxa de desemprego, pois a taxa de inflação estaria hoje em níveis historicamente baixos, enquanto as taxas de desemprego se encontrariam em níveis próximos de seus recordes históricos. Tradicionalmente, esse tipo de questão tem sido discutido com base em estimativas empíricas da curva de Phillips, sobre



o qual existe uma extensa literatura para o caso brasileiro até meados dos anos 80. Se a curva de Phillips fosse mais (menos) inclinada, um dado aumento da taxa de inflação compraria apenas uma maior (menor) queda da taxa de desemprego.

Obviamente, o que é pequeno ou grande em cada variável depende de julgamentos de valor de cada indivíduo. A fim de incorporar julgamentos de valor no problema, a proposta aqui apresentada toma uma função bem-estar social explícita — a proporção de pobres —, assumidamente de nossa preferência. Com isso, testamos empiricamente as implicações do dilema entre inflação e desemprego implícitos na curva de Phillips, em termos de prescrições de política econômica.

De um ponto de vista mais formal, a curva de Phillips representaria apenas a restrição que o gestor de política econômica enfrenta no sentido de otimizar uma dada função-objetivo, isto é, minimizar a pobreza, entendida como a função de bem-estar social aqui eleita. O resultado final do problema depen-

de não só da correlação de inflação e desemprego, mas da estrutura de correlações dessas variáveis com a função-objetivo proposta. Por exemplo, um aumento da inflação pode produzir uma grande queda da taxa de desemprego. Entretanto, se a função-objetivo for muito sensível à inflação e pouco ao desemprego, essa política pode não se revelar adequada.

Outra questão correlacionada com julgamentos de valor seriam os horizontes de planejamento embutidos nas preferências individuais. Nas versões dinâmicas da curva de Phillips, menos desemprego hoje compraria mais inflação, não só hoje como no futuro. Essa transmissão temporal se daria por meio de mecanismos de formação de expectativas inflacionárias. Nesse sentido, gestores de política econômica mais impacientes (ou mais míopes) privilegiariam o combate ao desemprego por conferir menos peso aos efeitos inflacionários futuros herdados dessas políticas. Analisamos os resultados de um modelo empírico que relaciona dinami-

| Inflação x Desemprego | | | | | | |
|--|----------------------------|------------|---------|------------------------------|------------|---------|
| Decomposição dos fatores explicativos de um aumento inesperado de inflação ou desemprego, 12 meses depois de ocorrido (em %) | | | | | | |
| Tipos de choques | Pré-Plano Real - Discrição | | | Pós-Plano Real - Compromisso | | |
| | Inflação | Desemprego | Pobreza | Inflação | Desemprego | Pobreza |
| Choque Inflação | 87 | 15 | 60 | 33 | 2 | 3 |
| Choque de Desemprego | 13 | 85 | 12 | 67 | 98 | 80 |

Fonte: Marcelo Neri

camente inflação e desemprego e suas fontes de inovação; e considera uma particular medida de bem-estar, a proporção de pobres, para estimar empiricamente o modelo.

Nessa análise modelo, a correlação entre as inovações permite explicar dois regimes de funcionamento de economia que podem ser associados aos regimes de compromisso e descrição do chamado modelo de Barro-Gordon. No primeiro admite-se que os preços são fixados, a priori, e que a inovação da taxa de desemprego

é parcialmente determinada por ela, o que corresponde à situação em que a taxa de desemprego — e implicitamente a taxa de salário real — é determinada depois do nível de preços. A essa situação denominaremos de "compromisso" (que en-

globaria o caso de metas inflacionárias críveis). O segundo regime é simétrico. Admite-se que a taxa de inflação é determinada depois de choques sobre a taxa de desemprego. Essa é a situação de discrição.

O Plano Real mudou o nível da taxa de inflação e pode ter alterado o padrão de funcionamento estrutural da economia — e, portanto, dos parâmetros do modelo. Por isso, o modelo foi estimado separadamente para os períodos pré e pós-Plano Real. Os dois regimes, nesse modelo, são estatisticamente indistinguíveis, sendo necessário condicionar os resultados ao regime que consideremos mais adequado a cada período: "discrição", no pré-Real e "compromisso", no pós-Real. Entretanto, de maneira até certo ponto surpreendente o cál-

culo dos dois tipos de regimes separadamente não muda qualitativamente os resultados encontrados.

A tabela apresenta essa decomposição para a previsão 12 meses após o choque, com o modelo estimado para os dois períodos. Podemos ver que antes do Plano Real: a) a inflação e a taxa de desemprego fluíam de forma bastante interdependentes entre si, sendo que choques nestas variáveis explicavam 87% e 85% de suas respectivas variações; b) o aumento inesperado da taxa de inflação respondia pela maior parte (60%) da flutuação do índice de pobreza.

Após o Plano Real, o quadro é completamente distinto: a) o aumento inesperado do desemprego é a fonte mais importante para explicar a taxa de inflação (67%), o que indica a quebra de chamada inércia inflacionária, e explica 98% do desemprego, indicando um forte acirramento do fenômeno que pode ser

denominado de desemprego inercial, isto é, o desemprego explicado pelo seu próprio passado; b) choques no desemprego explicam 80% do índice de pobreza. Os resultados estão consistentes com a opinião de que, no pós-Real, o combate direto ao desemprego é elemento-chave para o combate à pobreza. Esse tipo de resultado explica a mudança do foco do debate político entre as eleições de 1994 e 1998. De outro lado, o recurso ao aumento da inflação impacta apenas 2% do desemprego e 3% da pobreza. Esses resultados, tomados a valor de face, indicam a inutilidade social da tese de que seria desejável, para enfrentar o desemprego e a pobreza, aumentar a taxa de inflação da economia.

Como esse é um modelo empírico, estamos condicionados às particulares medidas de inflação (INPC), desemprego (PME-IBGE) e pobreza (gerada a partir da PME-IBGE) utilizadas. O exercício, portanto, poderia ser repetido com outras medidas dessas variáveis para verificar a robustez dos resultados. Finalmente, e mais importante, uma extensão desejável do modelo aqui apresentado deveria considerar a imposição de compromissos quanto à redução da taxa de pobreza, o que corresponderia à adoção de metas sociais. O objetivo seria colocar os miseráveis na ordem de nossas prioridades macroeconômicas. ■

* PhD em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais da IUPERJ e professor da EPGE/FGV.